

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC  
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Karla Bianca Neves Pereira

**POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA:  
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A JANELA DE  
OPORTUNIDADE**

São Bernardo do Campo

2024

KARLA BIANCA NEVES PEREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA:  
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A JANELA DE  
OPORTUNIDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Roberta  
Guimarães Peres

São Bernardo do Campo

2024

**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do ABC**

Elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFABC  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira, Karla Bianca Neves

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA : AS  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A JANELA DE OPORTUNIDADE /  
Karla Bianca Neves Pereira. — 2024.

36 fls.

Orientação de: Roberta Guimarães Peres

Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal do ABC,  
Bacharelado em Políticas Públicas, São Bernardo do Campo, 2024.

1. Transição Demográfica. 2. Políticas Públicas. 3. Janela de  
Oportunidade. 4. Demografia. 5. Educação. I. Peres, Roberta Guimarães. II.  
Bacharelado em Políticas Públicas, 2024. III. Título.

*“O que importa são as pessoas”*

*Amartya Sen*

## **Resumo**

Sendo a educação um dos principais pilares que sustentam as políticas públicas e considerando a transição demográfica pela qual o Brasil atravessa, o presente trabalho apresenta uma análise bibliográfica que possui o objetivo central de analisar as relações entre o fenômeno sociológico e o campo de conhecimento. Observando o aproveitamento da janela de oportunidade, a partir da perspectiva do investimento em capital humano e política educacional. São apresentados conceitos sobre transição demográfica, políticas públicas educacionais com a exposição de um breve histórico e exemplificando-as por meio da tentativa de reorganização da educação básica no estado de São Paulo em 2015, além disso, o trabalho apresenta perspectivas sobre o aproveitamento da janela de oportunidade no país, constando por fim que as políticas educacionais devem garantir não só a universalização do acesso ao ensino, bem como a qualidade que assegura a permanência e boa formação da população, reduzindo as desigualdades em oportunidades de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Transição Demográfica, Políticas Públicas, Janela de Oportunidade, Demografia, Desigualdade Social, Educação.

## **Abstract**

Since education is one of the main pillars that support public policies and considering the demographic transition that Brazil is going through, this work presents a bibliographic analysis that has the central objective of analyzing the relationships between the sociological phenomenon and the field of knowledge. Observing the use of the window of opportunity, from the perspective of investment in human capital and educational policy. Concepts about demographic transition, public educational policies are presented with a brief history and exemplifying them through the attempt to reorganize basic education in the state of São Paulo in 2015. Furthermore, the work presents perspectives on the use of the window of opportunity in the country, finally stating that educational policies must guarantee not only universal access to education, as well as the quality that ensures the permanence and good training of the population, reducing inequalities in development opportunities.

**Keywords:** Demographic Transition, Public Policies, Window of Opportunity, Demography, Social Inequality, Education.

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Projeções da população brasileira .....	16
Figura 2 - Transferências governamentais por grupos etários em 1995 .....	17
Figura 3 - Projeções de receitas e despesas para 2050 .....	18
Figura 4 - Razão de dependência e População em idade ativa .....	19
Figura 5 - Ocupação das escolas em 2015 .....	25
Figura 6 - Evolução da taxa de alfabetização .....	29
Figura 7 - Ano x grupos de anos de estudo .....	30
Figura 8 - Homens e grau de instrução .....	31
Figura 9 - Mulheres e grau de instrução .....	31

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	12
<b>1.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA</b> .....	12
<b>1.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL</b> .....	15
<b>1.2.1 OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	17
<b>1.3.1 INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO E A EXPERIÊNCIA DO LESTE ASIÁTICO.</b> .....	20
<b>CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO</b> .....	22
<b>2.1 UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DE 1995</b> .....	22
<b>2.2 PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE 2015</b> .....	23
<b>2.3 DEMOGRAFIA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 3 - A JANELA DE OPORTUNIDADE NO BRASIL E O INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO</b> .....	28
<b>3.1 O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE NO BRASIL E PERSPECTIVAS</b> .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35





## INTRODUÇÃO

A dinâmica demográfica é fundamental para a definição de agenda política, desenho, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. O caso brasileiro e sua transição demográfica são emblemáticos, pois houve uma antecipação de 24 anos no tempo para que o país atingisse seu ápice na taxa de fecundidade e consequente crescimento da população (BRITO, 2010). Além disso, devido a grande desigualdade social presente no país, as consequências da mudança etária tendem a pesar mais para a população mais pobre.

Assim, é fundamental incorporar o conhecimento dos estudos de população ao campo de políticas públicas, não somente para a definição do público alvo de políticas mas também para garantir direitos a todas as pessoas, no que for constitucionalmente assegurado, como o direito básico ao acesso à educação, temática abordada nesta pesquisa.

Este trabalho dedica-se, assim, ao estudo da transição demográfica brasileira e políticas públicas, tendo como objetivo central analisar as relações entre o fenômeno sociológico e o campo de conhecimento. Assim espera-se analisar o aproveitamento da janela de oportunidade, a partir da perspectiva do investimento em capital humano e política educacional.

Esta análise baseia-se nos objetivos específicos de apresentar um panorama sobre a transição demográfica e janela de oportunidade no país. Voltando-se a explicar sobre a importância das políticas públicas voltadas para a educação como estratégica essencial para aproveitamento da janela de oportunidade, mostrando exemplos de políticas educacionais adotadas e suas consequências.

O trabalho está estruturado em três capítulos: O primeiro trata da transição demográfica e políticas públicas, conceituando o primeiro e relacionando-o com o segundo, trazendo ainda estudos sobre a janela de oportunidade e importância de investimento em capital humano. O segundo capítulo aborda as políticas públicas em educação direcionadas para o estado de São Paulo, mostrando importantes e decisivos momentos por meio de um breve histórico até a reorganização das escolas proposta em 2015 e seus impactos. Além disso, considerando o caso de São Paulo, apresenta uma análise da relação entre demografia e políticas educacionais. Por fim, com base nas discussões iniciadas anteriormente, o terceiro capítulo faz uma exposição

dos dados relacionados às políticas educacionais e analisa o aproveitamento da janela de oportunidade e suas perspectivas no Brasil.

## **CAPÍTULO 1 - TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Transição Demográfica trata do processo onde a sociedade passa de altas para baixas taxas de mortalidade e fecundidade, isto é, leva ao envelhecimento populacional e à estagnação do crescimento da população de um país (GIACOMELLI, 2017). Como consequência, a estrutura etária tende a apresentar uma porcentagem menor de pessoas em idade economicamente ativa e maior em idade de dependência.

Isso significa que existem menos pessoas disponíveis para trabalhar e participar ativamente da força de trabalho de um país e mais pessoas que dependem economicamente da população em idade ativa. Quanto maior o número de pessoas em idade de dependência em relação à população em idade ativa, maior é a pressão sobre os recursos econômicos e sociais, como sistema de saúde, previdência social e educação. Sendo assim, a transição demográfica tende a acarretar impactos significativos nas políticas públicas.

É importante destacar que a desigualdade social tende a aprofundar as consequências do fenômeno demográfico, impactando de forma mais significativa as populações mais vulneráveis. Fausto (2010) aponta que a transição demográfica brasileira é fortemente condicionada por esse cenário, fazendo com que os extratos sociais sejam afetados de maneiras diferentes, por exemplo, o envelhecimento da população é muito mais acentuado nas camadas mais ricas da população do que nas mais pobres, com isso entendemos que a maior parte das pessoas pobres faz parte do grupo de jovens.

Portanto, observa-se que, reduzir a pobreza entre os jovens é essencial para enfrentar a desigualdade social em um cenário de transição demográfica. Nas palavras do autor, “Caso contrário, as possibilidades do país envelhecer e ainda se manter pobre tornam-se ainda maiores.” (Fausto, 2010).

### **1.1 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA**

O fenômeno da transição teve sua origem observada em países desenvolvidos no século XVIII e posteriormente se disseminou para outras regiões. De acordo com Alves (1994), muitos autores dividem a transição demográfica em 4 etapas, de forma que na primeira etapa há altas taxas de natalidade e mortalidade, isto é, o crescimento da população é baixo; em um segundo

momento a mortalidade começa a diminuir e a natalidade se mantém alta, levando a um cenário de crescimento da população e à uma estrutura etária jovem; a terceira etapa se inicia quando as taxas de natalidade entram em declínio constante, tornando decrescente as taxas de crescimento populacional. É importante ressaltar que nesse momento a estrutura etária apresenta um número maior de pessoas economicamente ativas em relação ao grupo de pessoas dependentes, este período é chamado de janela de oportunidade. Por fim, a última etapa se caracteriza por baixas taxas de natalidade e mortalidade, tornando o crescimento populacional muito lento, nulo, ou até negativo (BRITO, et al. 2007. p. 20).

De acordo com Alves (1994) as causas da transição estão relacionadas ao avanço da medicina, diminuição de guerras e melhora no padrão de vida de modo geral, proporcionado também pelas inovações industriais relacionadas à produção de bens e serviços, além de mudanças socioeconômicas e culturais, relacionadas ao comportamento das pessoas.

Dentre as principais abordagens que buscam explicar a transição demográfica o autor apresenta a visão *macroeconômica*, que se baseia na modernização como fator chave para entender a transição. Examinando as relações entre desenvolvimento econômico, mudanças sociais e demográficas. Nesse contexto, a modernização é vista como um processo que envolve industrialização, urbanização, aumento da renda e acesso a serviços básicos, como educação e saúde (ALVES, 1994).

Seguindo o ramo das interpretações baseadas na economia, o autor apresenta o enfoque *microeconômico*, também chamado de "*New Home Economics*", que focaliza as decisões individuais e familiares relacionadas à reprodução e à alocação de recursos dentro do ambiente doméstico. Esta perspectiva considera os seguintes fatores como causas da transição demográfica: Custos e benefícios da fecundidade; Estratégias de investimento na educação dos filhos; Participação das mulheres no mercado de trabalho; Acesso a métodos contraceptivos. Em suma, enfatiza a importância das decisões individuais e familiares, bem como as interações entre fatores econômicos e sociais, na compreensão das mudanças na estrutura etária (Alves, 1994).

Em relação às *abordagens culturais*, Alves (1994) apresenta duas forças culturais que exploram como as mudanças nas normas, valores e crenças culturais influenciam os padrões de reprodução e estruturação familiar. A primeira é a *inovação-difusão* que sugere que a introdução e a disseminação de novas ideias, tecnologias e práticas sociais podem impactar significativamente os comportamentos reprodutivos. Por exemplo, a disseminação de métodos

contraceptivos modernos, através de campanhas de saúde pública ou da influência de redes sociais, pode levar a mudanças nas taxas de fecundidade. Da mesma forma, mudanças nos padrões de casamento, como o adiamento da idade do casamento, podem ocorrer devido à difusão de novas ideias sobre independência e realização pessoal.

A segunda força cultural se trata do processo de *secularização* onde as sociedades se tornam menos influenciadas pela religião e mais orientadas para valores seculares e racionais. De acordo com o autor, à medida que as sociedades se secularizam, as normas e restrições religiosas relacionadas à reprodução, como a proibição de contraceptivos ou o estigma associado ao sexo fora do casamento, podem diminuir e isso pode resultar em taxas de fecundidade mais baixas, à medida que as pessoas têm mais controle sobre sua reprodução e optam por terem menos filhos.

No ramo das interpretações *sociológicas* que se baseiam nas lentes sociais e institucionais para explicar a transição demográfica, o autor apresenta duas visões: respostas multifásicas e adaptação. Através da primeira abordagem entende-se que a transição demográfica é um processo de *respostas multifásicas* a fatores de pressão. Por exemplo, as melhorias nas condições de saúde e o acesso a serviços médicos podem resultar em uma redução da mortalidade, enquanto mudanças nas normas e valores culturais podem influenciar as taxas de fertilidade.

As políticas governamentais relacionadas à saúde, educação e planejamento familiar podem desempenhar um papel significativo na transição demográfica, moldando os comportamentos individuais e familiares.

Na visão relacionada à adaptação a estrutura etária da população muda para se adaptar ao cenário socioeconômico. Em suma, enfatiza como as mudanças sociais, culturais e econômicas influenciam a transição demográfica, destacando a importância das práticas sociais e das estruturas institucionais na formação dos padrões de natalidade e mortalidade em uma sociedade.

Por último, Alves (1994) apresenta a abordagem iconoclasta de Caldwell e Greenhalgh que desafia interpretações convencionais da transição demográfica, pois se volta mais para a experiência do sul global.

Para o autor, Caldwell (1976) defende que o comportamento dos indivíduos é economicamente racional e dependendo da direção do fluxo intergeracional de riquezas, altas taxas de fecundidade podem ser ou não vantajosas. Para ele só existem dois tipos de regimes

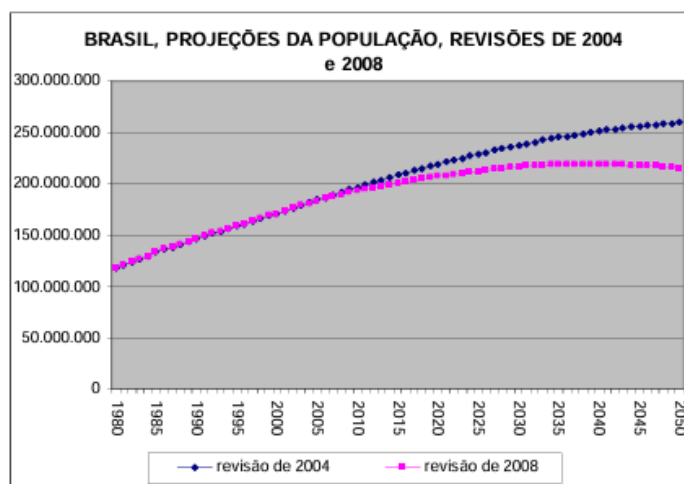
de fecundidade, com exceção do período de transição: um de alta taxa de natalidade e um de baixa taxa. Greenhalgh (1988) contribui partindo do pressuposto que a meta de qualquer população é garantir e, se possível, melhorar seus status social, econômico e político na sociedade. Para a autora, nesse cenário a fecundidade faz parte das estratégias e comportamentos utilizados para se alcançar esta meta.

## **1.2 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL**

A descrição das etapas da Transição Demográfica apresentada acima, segue o que foi observado em países desenvolvidos, no entanto, os indicadores demográficos têm se comportado de maneira diferente nos países em desenvolvimento. De acordo com Brito (2010), no Brasil a projeção da Taxa de Fecundidade divulgada pelo IBGE em 2008 para as décadas seguintes já demonstrava uma queda muito mais rápida do que o esperado.

Segundo Brito (2010) e como observa-se da Figura 1, em 2004 o IBGE estava trabalhando com a suposição de uma taxa de fecundidade total limite de 1,85 a partir de 2043. Conforme esses dados, a população brasileira continuaria crescendo até 2063, a partir do qual começaria a diminuir em termos absolutos. Porém, em 2008, com as informações das PNADs mais recentes, o IBGE passou a adotar a hipótese de uma fecundidade limite de 1,50 a partir de 2028. Portanto, para o autor, a população brasileira alcançaria seu valor máximo não mais em 2063, mas em 2039, antecipando em 24 anos uma etapa importante e que altera significativamente a estrutura etária.

Figura 1 - Projeções da população brasileira



Fonte: Brito (2010)

Passar por esse processo de forma tão acelerada pode ser um desafio para os formuladores de políticas públicas, visto que os indicadores demográficos e os problemas postos, bem como as oportunidades que surgem estão constantemente se alterando. Brito (2019) defende ainda a importância de se atentar às reinvenções desses números, pois a transição demográfica é um fenômeno social profundamente conectado às mudanças sociais e econômicas pelas quais têm passado o Brasil, se revelando não só como causa, mas como efeito destas mudanças.

Estando a Transição Demográfica extremamente entrelaçada com diversas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas, o autor aponta a necessidade de uma abordagem normativa na formulação de políticas públicas, isto é, buscar avaliar se as políticas estão atingindo os objetivos desejados, se são justas, éticas ou moralmente aceitáveis, e se estão promovendo o bem-estar social. Visto que o fenômeno da transição não se dá de forma isolada, as políticas públicas que acompanham influenciam seus impactos na sociedade.

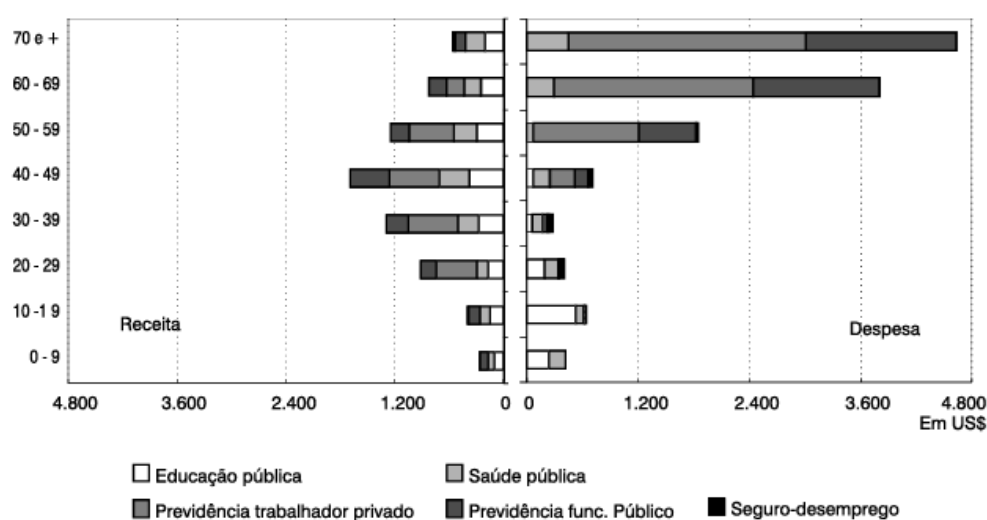
Com o objetivo de explorar mais sobre o tema, o próximo item apresenta quais são os impactos que a transição demográfica pode gerar nas políticas públicas, demonstrando quais áreas são mais afetadas e a relação de causa e efeito entre elas e o envelhecimento da população.



### 1.2.1 OS IMPACTOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Explorando os efeitos da transição nas políticas públicas através de uma perspectiva econômica de gastos públicos, pode-se observar na Figura 2 que conforme a população vai envelhecendo, maiores são as transferências governamentais que o Estado realiza para financiar os serviços e as políticas que atendem a faixa etária.

Figura 2 - Transferências governamentais por grupos etários em 1995

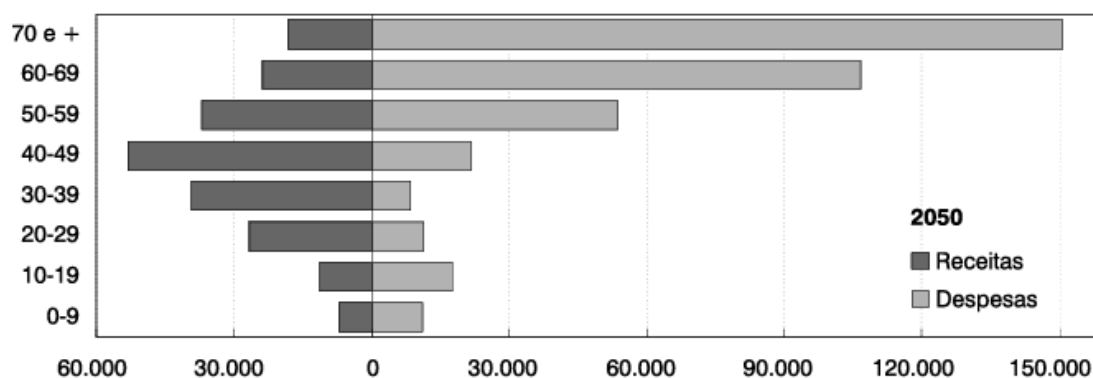


Fonte: Carvalho & Wong (2006)

Destaca-se que, desde os anos 1990, conforme a Figura 2, as áreas mais sobrecarregadas são saúde e previdência. Este cenário tende a se agravar com as mudanças recentes na estrutura etária brasileira, sobretudo decorrentes do envelhecimento populacional.

De acordo com Carvalho & Wong (2006), olhando para previsões de gasto em 2050 (Figura 3), baseadas em projeções populacionais e nos dados de transferências governamentais apresentados anteriormente, teríamos um padrão etário praticamente estagnado, enquanto o padrão de despesa crescería de forma significativa. Em outras palavras, se as receitas e despesas governamentais per capita fossem constantes enquanto a população cresce, logo seria insustentável financeiramente para o Estado promover políticas públicas.

Figura 3 - Projeções de receitas e despesas para 2050



Fonte: Carvalho & Wong (2006)

Alguns efeitos que podem não parecer tão óbvios para as políticas públicas, se a única perspectiva de análise usada for relacionada ao orçamento público, estão conectados à educação e outras políticas sociais. Por exemplo, segundo Longo (2017) a proposta de reorganização da educação estadual de 2015 defendia o fechamento de escolas por considerar que a redução da fecundidade (número de filhos por mulher) também seria o motivo de uma menor demanda por vagas escolares. Para a autora é importante ter cuidado com esse argumento, pois a queda da fecundidade não é um fenômeno observado em curto prazo e usado de forma isolada, sem considerar a distribuição territorial, etapa escolar e até renda familiar pode acabar gerando uma política educacional excludente.

Portanto, a transição demográfica impacta diversas dimensões das políticas públicas. Algumas áreas do Estado tendem a se sobrecarregar com as mudanças na estrutura etária, como é o caso da previdência, saúde e outras são ameaçadas, como é o caso da educação. Desta forma, demandando da gestão pública maior eficiência na alocação do orçamento (GIACOMELLI, 2017) e no entendimento e priorização da agenda política, levando em consideração as profundas transformações demográficas e seus efeitos.

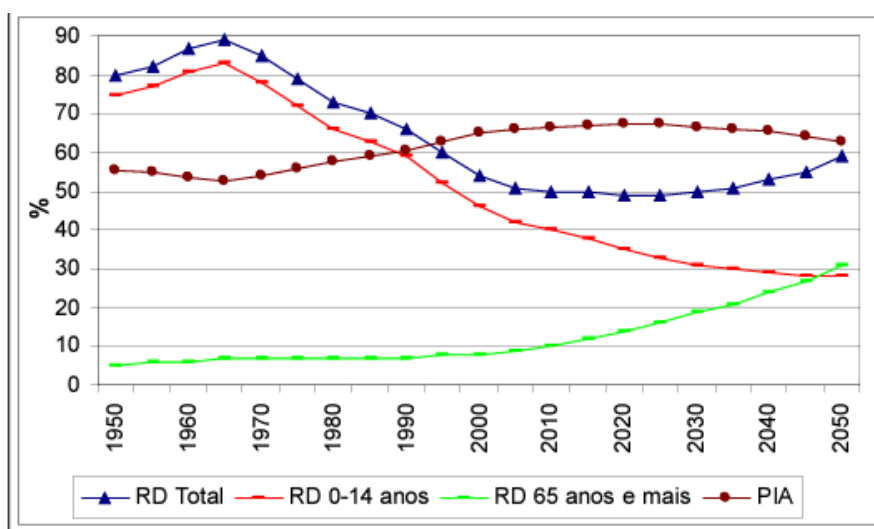
Por este caminho, torna-se fundamental olhar para a janela de oportunidade para aproveitá-la de modo a minimizar possíveis impactos que tornem as políticas públicas insustentáveis a longo prazo, fortalecendo potencialidades para desenvolvimento econômico e social, sendo sobre isso que o próximo tópico irá abordar.

### 1.3 A JANELA DE OPORTUNIDADE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Como apontado anteriormente, na etapa de transição demográfica em que se observa a queda da taxa de fecundidade, tem-se o que os demógrafos chamam Janela de Oportunidade. Dias (2014) explica que se trata de um momento caracterizado por uma porcentagem da PIA (população em idade ativa) superior à razão de dependência total, ou seja, quando a proporção da parcela da população que produz mais do que consome (adultos) é maior com relação à população que consome mais do que produz (crianças e idosos). Para a autora, é nesse momento em que são gerados recursos adicionais que podem ser revertidos em poupança, investimento e desenvolvimento econômico caso a situação econômica seja favorável ao aproveitamento desse bônus.

Segundo Alves (2008) o período que compreende a Janela de Oportunidade se inicia quando a porcentagem de população em idade ativa de 15 a 64 anos (PIA) é igual ou maior que a porcentagem da razão de dependência (RD) e se encerra quando a porcentagem de PIA é igual ou menor que a RD. De acordo com a Figura 4, a janela de oportunidade do Brasil compreende o período entre 1995 a 2055, isto é, o Brasil tem uma projeção de 60 anos de janela.

Figura 4 - Razão de dependência e População em idade ativa



Fonte: Alves (2008)

De acordo com Dias (2014) é importante ajustar as políticas públicas o mais rápido possível, pois aproximadamente em 2025 a janela de oportunidade começará a fechar. Isto é, o excedente de população ativa começa a diminuir em relação à população em idade dependente. É importante destacar que a ideia de aproveitar a poupança gerada pelo excedente populacional em idade ativa, não significa que a população deva ser encarada com um ônus para as políticas públicas. A população não é um problema, assim como destacado anteriormente, os desafios que decorrem da transição demográfica estão atrelados à desigualdade econômica e social.

Considerando que atualmente estamos nessa etapa da transição, com uma alta porcentagem de pessoas em idade ativa e uma estrutura etária consideravelmente jovem, aumentar o investimento em políticas públicas que apoiam esse grupo, como de educação e tecnologia, podem incentivar o crescimento econômico e no longo prazo ajudar a diminuir a desigualdade social e as distorções que a transição demográfica pode causar nas políticas públicas frente a uma estrutura etária mais idosa.

Para exemplificar, o item a seguir apresenta o caso do leste asiático e seus investimentos para tornar o aproveitamento desta etapa de transição possível.

### **1.3.1 INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO E A EXPERIÊNCIA DO LESTE ASIÁTICO.**

Algumas economias de países em desenvolvimento conseguiram “enriquecer, antes de envelhecer”, como é o caso de Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan, conhecidos também como “Tigres Asiáticos”. De acordo com Omoruyi et al. (2010), o declínio da mortalidade, seguido de declínios na fertilidade, resultou numa rápida transição demográfica que ocorreu ao longo de 5 a 15 anos durante as décadas de 1950 e 1960, no entanto essas economias conseguiram crescer e um quarto dessa expansão se deve a estratégia de investimento pesado em educação, planejamento familiar e saúde durante a janela de oportunidade.

Em relação à educação, nas últimas décadas, as economias do leste asiático expandiram essa política pública através do investimento público, políticas de ampliação de acesso e reformas no sistema educacional, como resultado a maioria alcançou acesso universal ou quase universal à educação primária, secundária e expandiram significativamente a educação técnica

e profissional, e o ensino superior (Omoruyi et al, 2010). Por exemplo, na Coreia do Sul, a taxa de matrícula no ensino médio aumentou de 24% em 1970 para 56% em 1980, 85% em 1990 e 95% em 2000 - possivelmente o aumento mais rápido registrado em qualquer país (JONES, 2011).

Estudos apontam que esse tipo de estratégia e investimento aumenta proporcionalmente a capacidade da força de trabalho da população e incentiva o enriquecimento dos conhecimentos de quase todos os campos industriais. Em suma, temos que o desenvolvimento do capital humano, resultado do investimento em educação e saúde, é em si um objetivo para o bem-estar das pessoas e um componente chave do crescimento econômico. E se aproveitado da maneira correta durante a janela de oportunidade, pode ajudar a minimizar as desigualdades sociais.

Com base no apresentado neste primeiro capítulo nota-se que a transição demográfica é uma realidade para a população brasileira e tem impactos significativos para as políticas sociais, causando piora no bem-estar da população. Além disso, o caso dos países do leste asiático apresentado neste item, mostra que o investimento em educação apoia a ampliação de acesso a política e com isso, tem-se a qualificação da mão de obra produtiva de cada país, fortalecendo as possibilidades de crescimento social e econômico.

Considerando a relevância da educação, o Capítulo 2 aborda especificamente a política educacional do estado de São Paulo, apresentando um breve histórico da mesma e analisando a forma como as mudanças da estrutura etária foram usadas para promoção de políticas públicas.

## **CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO**

No capítulo anterior apresentamos a relação entre a transição demográfica e o investimento em capital humano, como central no debate para superar as desigualdades sociais e incentivar o desenvolvimento econômico e social. Com isso entendemos a importância das políticas educacionais para avaliar o quanto estamos aproveitando a janela de oportunidade e no geral o quanto estamos nos preparando para a mudança na estrutura etária.

Neste capítulo propomos explorar o histórico de políticas educacionais no Estado de São Paulo no período que compreende a janela de oportunidade do país, destacando o episódio de 2015 em que a demografia foi usada como argumento para mudanças na política de educação.

### **2.1 UM BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DE 1995**

Desde 1995, ano que marca o início da janela de oportunidade do país, o Estado de São Paulo passou pelo mandato de 8 políticos diferentes, a maioria fazia parte do mesmo partido político e todos se localizam à direita no espectro ideológico. Sanfelice (2010) aponta que embora tenha se convencionado dizer que a vida partidária dos políticos brasileiros não se define exatamente por uma forte identidade ideológica deles com os respectivos programas dos partidos aos quais pertencem, no presente caso a afirmação não se aplica vigorosamente. Isso porque no período analisado pelo autor e até os dias atuais percebe-se que as políticas públicas são alimentadas por uma mesma visão neoliberal.

Neste caso, a formulação das políticas partem de uma perspectiva onde os problemas sociais são considerados de origem conjunturais e não de causas estruturais. Para essas elites políticas que dominaram o executivo estadual no período, espera-se que se empenhem no combate desses problemas e que as outras classes sociais se alinhem no mesmo objetivo (SANFELICE, 2010).

Segundo Sanfelice (2010) às políticas públicas dos anos 90 foram profundamente afetadas pela Reforma de Estado que se deu nos governos de FHC e mesmo depois de sua saída do executivo federal, os governadores eleitos em São Paulo, deram continuidade às reformas educacionais com uma certa coerência em relação ao que se vinha fazendo em âmbito federal.

O autor destaca que as intervenções mais profundas da reforma educacional aconteceram no governo de Mário Covas, mas os governos seguintes deram continuidade ao plano.

A medida de 1995, intitulada "Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual", foi implementada a partir do Decreto nº 40.473 de 21 de novembro de 1995. Esse decreto introduziu mudanças graduais no funcionamento das escolas estaduais, fundamentado no documento "Mudar para melhorar: uma escola para a criança e outra para o adolescente", que comparava o sistema educacional brasileiro com outros países e questionava a qualidade da educação de oito séries no Ensino Fundamental (Santos, 2019).

Além das questões pedagógicas, o programa previa que as escolas funcionassem em três turnos (dois diurnos e um noturno) e que os professores assumissem aulas em uma única escola para otimizar recursos. Foram propostos quatro modelos de escola: (1) escolas com 1ª a 4ª séries em até dois turnos; (2) escolas exclusivas para 5ª a 8ª séries; (3) escolas com 5ª a 8ª séries e Ensino Médio; (4) escolas apenas com Ensino Médio. O programa também enfatizava a necessidade de municipalizar parte do Ensino Fundamental, já que os municípios participavam com menos de 10% das matrículas. Além disso, previa a adoção de convênios entre estado, municípios e iniciativa privada, alinhando-se com a agenda pós-1990 (Santos, 2019).

Em 2015 uma nova reorganização escolar foi proposta pelo governo. Segundo a autora, existem duas importantes diferenças entre a reorganização de 1995 e a de 2015: A primeira diz respeito à reação estudantil e a ocupação das escolas em 2015. A segunda diferença é que a reorganização mais recente teve sua justificativa fundamentada em um argumento demográfico: de que o declínio da fecundidade seria responsável direto pela diminuição da demanda por vagas escolares – o que explicaria a realocação de alunos em menos escolas.

Nessa lógica em que opera o Estado brasileiro – inclusive o paulista – uma maior racionalização é almejada, tanto ao empregar recursos quanto ao elaborar propostas de políticas públicas. O uso do argumento da redução da fecundidade daria maior credibilidade e embasamento à proposta de reorganização escolar em 2015.

## **2.2 PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE 2015**

No final do mês de outubro de 2015, o governo de São Paulo apresentou a proposta de reorganização das escolas de maneira repentina por diversas mídias, surpreendendo toda a comunidade escolar. Dois argumentos sustentaram o projeto, sendo eles em primeiro lugar, os dados coletados pela Fundação do Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE que

apontaram uma redução na demanda por matrículas nas unidades de ensino durante as duas décadas anteriores, afirmando que cerca de 2 milhões de alunos deixaram de procurar escolas públicas do estado, seja pela diminuição demográfica ou migração para escolas particulares, enquanto que o segundo argumento foi uma análise de que escolas em ciclo único possuíam um maior índice de desempenho dos alunos em 10% acima da média (JANUÁRIO et al, 2016).

Giroto et. al (2022) apontam que os dados com informações demográficas bem como os argumentos que pautaram a proposta de reorganização do governo estadual de São Paulo foram utilizados de maneira arbitrária para que justificassem a mudança pretendida com o objetivo da implementação de uma gestão técnico-instrumental.

As escolas que seriam fechadas pela reorganização teriam outras finalidades educacionais como creches, escolas municipais, escolas técnicas ou bibliotecas, mas sem muita clareza no projeto sobre detalhes desse redirecionamento, porém com a descrição do projeto constatou-se que 94 unidades escolares seriam fechadas, espalhadas em 36 municípios paulistas e com 25 escolas estando localizadas na capital (SANTOS, 2019).

Segundo Januário et. al. (2016), a primeira reação dos principais afetados, famílias, alunos, professores e demais membros das comunidades escolares, foi a manifestação virtual por meio das redes sociais, abaixo-assinados. Além da articulação contra o fechamento das escolas, também sustentavam como principais argumentos as dificuldades logísticas que seriam ocasionadas pela divisão de ciclos, onde pais com filhos em escolas diferentes teriam que mudar seus itinerários, além de professores e funcionários que seriam impactados com mudança de local de trabalho.

Em um segundo momento, a reação foi ainda mais contundente com a ocupação de diversas escolas, alinhadas a uma greve estudantil que interrompeu o ano letivo (SANTOS, 2019). No movimento de ocupação estudantil foi possível notar que o ambiente escolar é um espaço social no qual as políticas educacionais não devem ser pautadas em apenas aspectos isolados:

É impossível dar conta de toda riqueza e complexidade vividas nas ocupações durante esse período. Se fosse possível colocar em palavras, cada ocupação representaria um microuniverso particular, com circunstâncias tão singulares que, num primeiro momento, seria possível dizer cada ocupação é completamente diferente da outra. E, no entanto, ocorreram várias experiências similares. Uma delas foi a organização democrática, não só nas decisões dos rumos do movimento, como também da própria organização da ocupação. Foram organizadas aulas públicas,



oficinas, atividades culturais, palestras, saraus, shows, uma outra forma de organizar as salas de aula, propostas com temas de interesses dos alunos e não mais determinados de fora, pelo currículo escolar (JANUÁRIO, p. 17, 2016).

Durante os meses de novembro e dezembro de 2015, o movimento estudantil ocupou mais de 200 escolas conforme mostra a Figura 5.

Figura 5 - Ocupação das escolas em 2015



Fonte: Januário et al. (2016)

A movimentação organizada dos estudantes, juntamente com os questionamentos sobre o projeto por parte da sociedade e do Ministério Público fizeram com que o decreto nº 61.672 de 30 de novembro de 2015 que versava sobre a reorganização escolar fosse revogado prontamente em 5 de dezembro do mesmo ano pelo decreto nº 61.692 que suspendeu a medida (SANTOS, 2019).

Ainda segundo o mesmo autor um ponto de atenção a ser destacado é que mesmo com a suspensão da reorganização, em 2016 um total de 165 escolas da rede estadual paulista não abriu matrículas para turmas de ingresso no primeiro ano de cada ciclo, indicando uma possível tentativa de reorganização velada.

A exemplo do exposto neste item, temos a relevância que a demografia representa diante da elaboração e implementação de políticas públicas em educação. Em suma, é de extrema

importância conhecer a população para quem as políticas servem, para assim evitar distorções que prejudiquem o acesso e aproveitamento dos serviços públicos. O item a seguir apresenta fatores que devem ser analisados e considerados para a promoção de políticas de educação eficazes e eficientes.

### **2.3 DEMOGRAFIA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

A necessária análise da relação entre demografia e educação consiste segundo Santos (2019) em compreender que há uma crescente preocupação no aumento da duração da vida produtiva associando a mesma ao aumento da média de expectativa de vida, sendo que este aumento depende muito da orientação para uma escolarização que fortifique e estimule o aumento de produtividade.

Para tanto, analisa-se a educação como uma característica da população baseada em anos de escolaridade, para que se tenha dimensões de fenômenos demográficos direcionadores de políticas educacionais, além de mudar cenários de projeções referentes a taxas de fecundidade e mortalidade, considerando também questões que interferem referentes a distribuição de renda em todo país e suas consideráveis diferenças de uma região para a outra, influenciando no acesso a maiores percentuais em anos de escolaridade (SAMPAIO, 2009).

Porém deve-se salientar, conforme Giroto et. al. (2022) apresenta que dados demográficos não podem ser analisados isoladamente, pois deve-se analisar que não é somente o envelhecimento da população que causa uma baixa nas matrículas em escolas. Em seus estudos os autores analisam que entre os anos de 2017 e 2019 a procura pela Educação de Jovens e Adultos destinada a pessoas que não completaram os ciclos de ensino fundamental e médio aumentou consideravelmente, tendo como principal idade de evasão em média entre 15 e 18 anos, período que compreende o ensino médio, com as causas mais comuns sendo a necessidade de ingressar no mercado de trabalho precocemente ou motivos familiares.

Outro desafio encontrado pela população que busca posteriormente a conclusão de seus estudos é a dificuldade de conciliar tempo para os cuidados com a família, trabalho e estudos, assim, os mesmos motivos que os afastam da escola, continuam ao longo dos anos dificultando seu regresso (SANTOS, 2019).

Sendo assim, o foco das políticas educacionais não deve ser apenas a construção e ampliação da rede escolar ou diminuição da mesma de acordo com dados demográficos, mas sim numa constante preocupação com a qualidade efetiva das escolas em oferecer acesso por meio de políticas de inclusão e permanência, que visem reduzir as desigualdades no acesso à educação, buscando atender a demanda efetiva e para assim obter reflexos positivos na real média de idade produtiva do país (GIROTTTO et al, 2022).

Obtendo um olhar para a totalidade conforme o proposto pelos autores, Santos (2019) ainda defende que os aspectos demográficos pode aparecer de maneira mais objetiva e concreta dentro de três fases das sete que compõem o ciclo de vida de políticas públicas, sendo elas, a identificação do problema, formação de agenda das etapas e a avaliação dos resultados. Caracterizando a população-alvo, não apenas em quantidade de pessoas, mas em distribuição espacial, proporção de pessoas inseridas no mercado de trabalho, condições econômicas familiares e demais aspectos que contribuam positivamente para políticas que realmente possam garantir bons resultados.

Nota-se que ao olhar para a necessidade de políticas que possam garantir não somente a quantidade de vagas necessárias mas também qualidade no acesso, ensino e permanência, situações como a reforma de 2015 poderiam ser conduzidas de outra forma. A presença de fatores ligados a diferentes realidades socioeconômicas da população precisam ser levadas em conta para fortalecer as possibilidades de permanência e conclusão dos estudos.

Considerando que o investimento em capital humano é uma das bases para o desenvolvimento econômico e social de um país, busca-se no capítulo 3 analisar o aproveitamento da janela de oportunidade através de dados sobre os resultados de políticas educacionais.

### **CAPÍTULO 3 - A JANELA DE OPORTUNIDADE NO BRASIL E O INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO**

Ao analisar as relações entre demografia e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do país, nota-se que a demografia constitui campo do conhecimento fundamental para o planejamento de políticas públicas eficazes, eficientes e efetivas, como apontado anteriormente. Um diagnóstico que busca entender diferentes aspectos da realidade da população tem muito mais chances de sucesso na promoção do desenvolvimento social e econômico de uma comunidade.

Portanto, não basta entendermos que há uma relação favorável entre PIA e RD durante a janela de oportunidade para que consiga-se planejar políticas e alcançar o desenvolvimento. De acordo com Alves (2008), existem dois outros fatores importantes a serem considerados ao observar esse fenômeno, o primeiro refere-se a composição etária da PIA e o segundo trata do aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho.

Alves (2008) aponta que devido ao envelhecimento populacional aumenta-se a proporção sênior (40 - 65 anos) em comparação com o segmento junior (15 - 40 anos) na composição da PIA. Com isso temos que a taxa de ocupação e a produtividade do trabalho é maior entre o setor sênior, pois incorporam mais investimentos de capital humano, consequentemente em termos de capacidade de poupança e contribuição fiscal, este grupo tem maiores chances de contribuir com o desenvolvimento econômico.

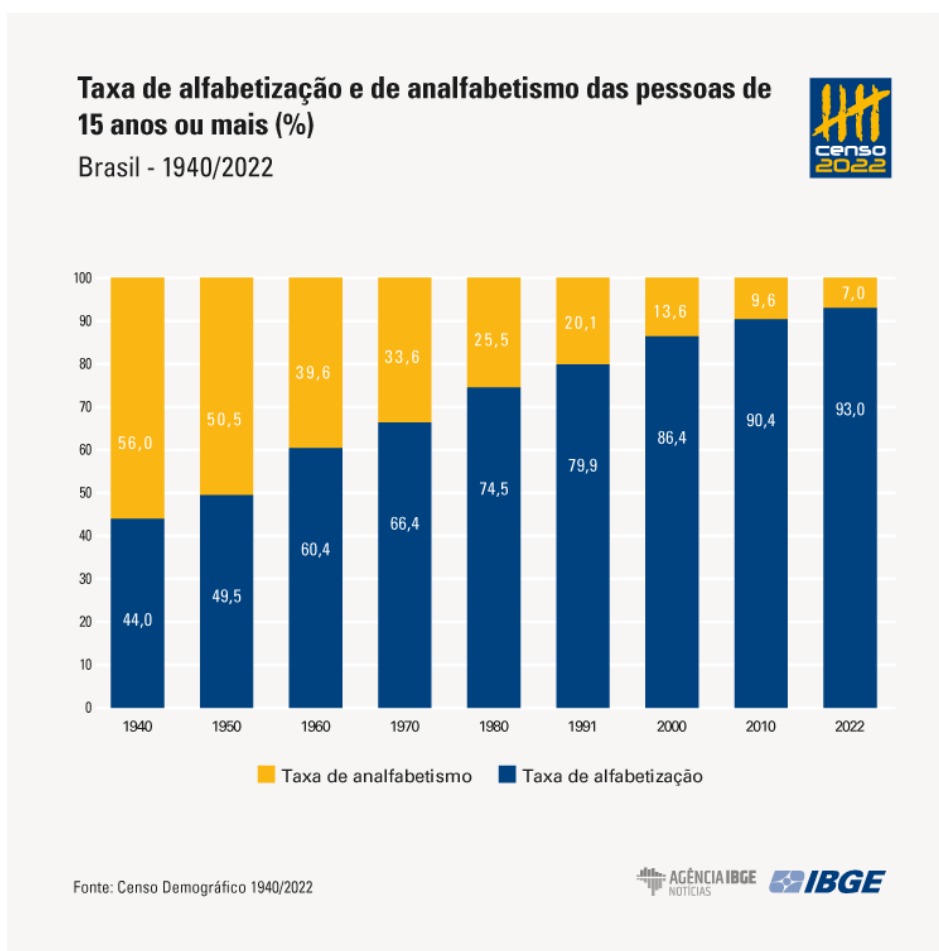
Além disso, é importante notar que neste aumento na quantidade de pessoas economicamente ativas identificado durante a janela de oportunidade, há um crescimento significativo da presença feminina nas atividades produtivas, chegando a compor mais da metade da PIA (Alves, 2008).

Neste capítulo busca-se analisar o aproveitamento da janela de oportunidade no Brasil a partir de uma compreensão em relação ao investimento em capital humano, traduzido em indicadores como taxa de alfabetização e tempo médio de estudo. Com isso, espera-se apontar as perspectivas sobre os últimos anos da janela de oportunidade.

### 3.1 O APROVEITAMENTO DA JANELA DE OPORTUNIDADE NO BRASIL E PERSPECTIVAS

Assim como apontado anteriormente, a janela de oportunidade no Brasil compreende os anos entre 1995 a 2055, assim tratando de uma projeção de 60 anos de janela. Aproximadamente metade desse período já passou e com isso podemos observar na Figura 6, um avanço significativo na taxa de alfabetização, que nesse período cresceu aproximadamente 13%, devido a ampliação do acesso à educação.

Figura 6 - Evolução da taxa de alfabetização



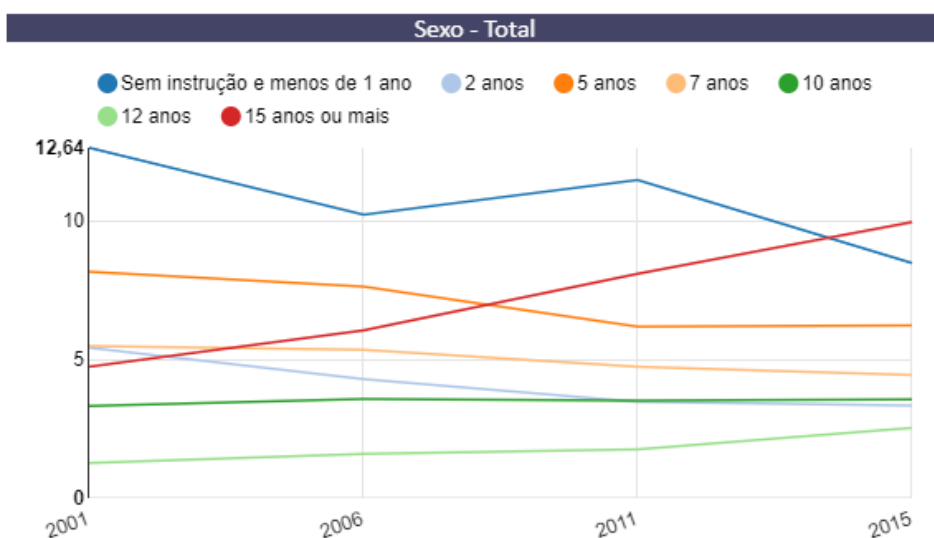
Fonte: IBGE (2024)

O acesso universal à educação é um dos primeiros passos em direção ao desenvolvimento, mas para de fato superar a armadilha da pobreza é importante investir em capital humano, bem como em pesquisa e tecnologia (Azariads, 2004 apud Alves, 2008). Por

isso, os anos de estudo de uma população pode oferecer um indicativo sobre o acúmulo de capital humano que está sendo realizado.

Na figura 7 observa-se uma diminuição significativa de pessoas de 10 anos ou mais, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, reforçando o progresso apontado no gráfico anterior Y em direção ao acesso universal à educação. Além disso, é notável o crescimento na proporção de pessoas com 15 anos ou mais de estudo ao longo dos anos. Este aumento é um indicativo positivo de maior investimento em capital humano, uma vez que anos adicionais de estudo são frequentemente associados a habilidades mais avançadas, maior produtividade e capacidade de inovação.

Figura 7 - Ano x grupos de anos de estudo

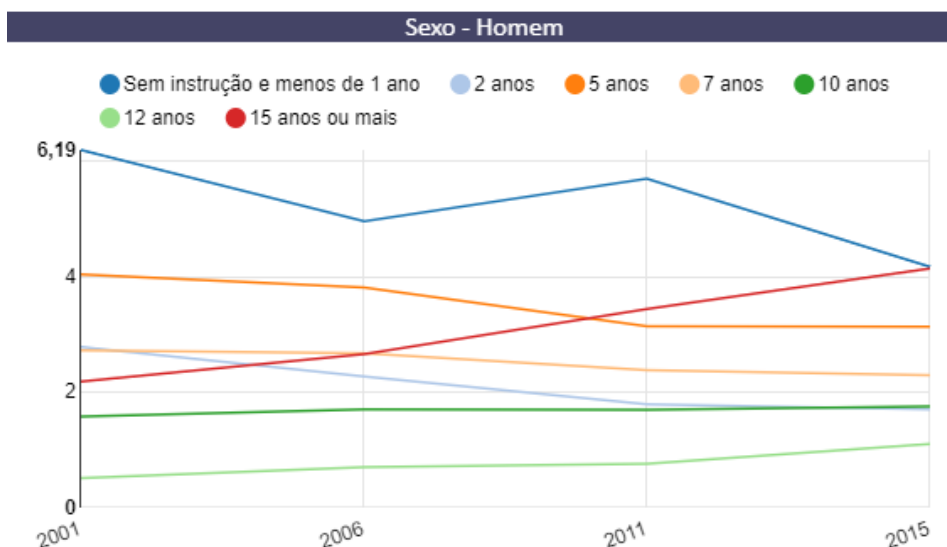


Fonte: Elaborado pela autora via SIDRA-IBGE (2024)

Indo um pouco mais adiante, ao comparar esse indicador entre os gêneros temos que ao final do período analisado, as mulheres são as que mais acumulam capital humano. Embora ambos os sexos tenham apresentado melhorias, é possível notar que as mulheres, especialmente a partir de 2011, superaram os homens em termos de proporção na categoria de 15 anos ou mais de estudo. Isso pode refletir um avanço na igualdade de gênero em termos de acesso e permanência na educação, o que também contribui para o desenvolvimento social e econômico.

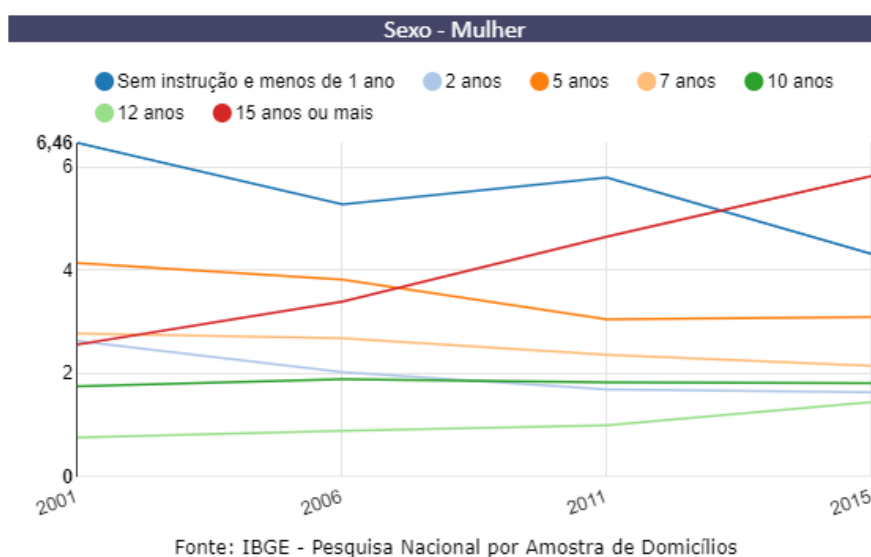
As diferenças de gênero também são visíveis nas categorias intermediárias (2, 5, 7 e 10 anos de estudo), onde as mulheres, em geral, mostram uma tendência de melhoria mais consistente ao longo do tempo em comparação aos homens.

Figura 8 - Homens e grau de instrução



Fonte: Elaborado pela autora via SIDRA-IBGE (2024)

Figura 9 - Mulheres e grau de instrução



Fonte: Elaborado pela autora via SIDRA-IBGE (2024)

Uma população com maiores níveis de escolaridade e com igualdade de gênero no acesso à educação é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais próspera e mais justa (Alves, 2008). Partindo dessa perspectiva temos que o Brasil apresentou um avanço significativo nos últimos anos, considerando a melhora nos indicadores educacionais, principalmente relacionados às mulheres que compõem mais da metade do PIA.

Com isso, é válido investigar o acúmulo de capital humano através do acesso ao ensino superior e na continuação da especialização das pessoas, para com isso entender o avanço do país em temas ligados à inovação e tecnologia. Pois como apontado anteriormente, são pilares para superar a armadilha da pobreza e o construir uma sociedade mais justa com maior bem-estar para as pessoas e de acordo com Alves (2008) a partir de uma perspectiva demográfica, o Brasil nunca tinha passado por um período de condições tão favoráveis para tal transformação.

Neste capítulo foram apresentados dados históricos relacionados a taxa de alfabetização e anos de estudo, que demonstram os avanços no investimento em capital humano no Brasil. Em suma, é importante continuar analisando a composição etária e as especificidades da PIA para garantir que as políticas educacionais possam de fato servir a população mais vulnerável.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao objetivo central desta pesquisa de analisar as relações entre a transição demográfica e políticas públicas com olhar especial para a janela de oportunidade, conclui-se que a transformação da estrutura etária abre novas possibilidades para o desenvolvimento, bem como apresenta outras necessidades para as políticas públicas. Como apontado anteriormente, a queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida significam vidas mais longas e que podem contribuir com o acúmulo de capital humano a serviço do desenvolvimento da sociedade e elevação do padrão de vida das pessoas.

Como analisado, o Brasil se encontra em uma posição única, com uma janela de oportunidade que oferece um potencial substancial para acelerar o desenvolvimento. Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta que o principal caminho para que este objetivo seja alcançado é o investimento em capital humano através de políticas educacionais, que não foquem apenas a universalização do acesso, mas também a melhoria na qualidade do ensino e o aumento do tempo dedicado ao estudo.

Essas ações são essenciais para garantir a formação de uma população ativa qualificada e cada vez com mais especialização, consequentemente incentivando inovações em diferentes áreas, bem como o desenvolvimento tecnológico. Para tanto, conhecer, analisar e planejar políticas educacionais eficazes torna-se urgente.

O caso da política educacional do estado de São Paulo, analisada neste estudo, exemplifica a necessidade de uma formulação de políticas que seja sensível às realidades demográficas, sociais e econômicas dos estudantes. O planejamento inadequado e a falta de compreensão das dinâmicas populacionais podem levar a políticas excludentes, como visto na proposta de reorganização escolar de 2015, que ignorou aspectos territoriais e socioeconômicos.

Portanto, considerando a janela de oportunidade é importante que as políticas públicas, principalmente as voltadas para educação e tecnologia, sejam planejadas com base em diagnósticos amplos e mais precisos. Nesse sentido, visto que o Brasil apresentou um avanço significativo no acesso à educação básica nos últimos anos, se torna imperativo olhar mais adiante, analisando a qualidade da aprendizagem e o acesso ao ensino superior. Sempre considerando a desigualdade social como parte das análises e decisões a serem tomadas, pois é

apenas assim que será possível usar o bônus demográfico causado pela transição demográfica para evitar que o Brasil envelheça antes de enriquecer.

Para que possa ser dada continuidade aos estudos aqui apresentados salienta-se que os dados resultantes do censo demográfico 2022, em fase de divulgação, anunciam novos desafios para as políticas públicas em seu diálogo com a dinâmica demográfica. A perspectiva dos efeitos da transição demográfica e do envelhecimento populacional, em contextos de baixa fecundidade, representam um grande desafio para a gestão de políticas públicas, especialmente, de Educação. O Brasil ainda apresenta um importante gargalo na democratização da Educação Básica: o ensino médio.

Com as mudanças na composição e estrutura da população brasileira os jovens tendem a ser “empurrados” cada vez mais cedo para o mercado de trabalho - cada vez mais precarizado e informal. Uma agenda de pesquisa a partir da reflexão construída neste trabalho é analisar o Ensino Médio e o Ensino Superior, a partir de uma lente demográfica, utilizando dados censitários e dados do INEP – MEC.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. **Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil**. 1994. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.
- ALVES, J. E. D. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo, 2008. Disponível em: [https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/08/transicao\\_demografica.pdf](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/08/transicao_demografica.pdf)
- BRITO, F. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. 2008. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YZN87LBgMWZwKjFhYLCy4dx/?format=pdf&lang=pt>
- Brito, F. **A reinvenção da transição demográfica: envelhecer antes de enriquecer?** - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20401.pdf>
- CARVALHO, J.A.M; WONG, L.L.R.; **O Rápido Processo de Envelhecimento da População no Brasil: Desafios para as Políticas Públicas**, Revista Brasileira de Estudos de População, vol.23 n1, Jan/jul 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/D4vwtLJmCFYYf7C7xKkLSnJ/?format=pdf&lang=pt>
- CÁSSIO, F. L. et al. **Demanda social, planejamento e direito à educação básica: uma análise da rede estadual de ensino paulista na transição 2015–2016\***. 2016. Educação & Sociedade. v. 37, n°. 137, p.1089-1119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/McR9n8jPzqKGrknnVcqVFdy/?format=pdf&lang=pt>
- Dias, A. R. **A Transição Demográfica no Brasil e seus impactos sobre algumas políticas públicas**. 2014. Tese (Bacharelado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37032/MONOGRAFIA02-2014-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 dez. 2022
- FELÍCIO, L. A. **Trajetórias dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em Minas Gerais, 2007-2017**. Orientador: José Irineu Rangel Rigotti. 2022. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/42733>. Acesso em: 18 set. 2024.
- Giacomelli, G. S., Chiapinoto, F. V., Marion Filho, P. J., & Vieira, K. M. (2017). **Transição demográfica e gasto público: uma análise comparativa de diferentes contextos**. Revista De Estudos Sociais, 18(37), 164–181.
- GIROTTO, E. D. et al. **Análise da dinâmica das matrículas no ensino médio na rede estadual de educação de São Paulo (2007-2018)**. Currículo sem fronteiras, [s. l.], v. 22, ed. 1753, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/367480121\\_Analise\\_da\\_Dinamica\\_das\\_Matriculas\\_no\\_Ensino\\_Medio\\_na\\_Rede\\_Estadual\\_de\\_Educacao\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_2007-2018](https://www.researchgate.net/publication/367480121_Analise_da_Dinamica_das_Matriculas_no_Ensino_Medio_na_Rede_Estadual_de_Educacao_de_Sao_Paulo_2007-2018). Acesso em: 18 set. 2024.
- JANUÁRIO, A. et al. **As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social**. Revista Fevereiro: Política, teoria e cultura, [s. l.], v. 9, n. 12, 2016. Disponível em: <https://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=12>. Acesso em: 18 set. 2024.
- Jones, G. W. **População e desenvolvimento além da primeira transição demográfica: discussão da experiência de países do Leste e Sudeste da Ásia**. Revista Brasileira De Estudos

- De População, 28(2), 267–281, 2011. Recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/66>
- LONGO, F. **Demografia e Educação II** – A reorganização escolar em São Paulo. 2017. Demografia Unicamp. Disponível em: <https://demografiunicamp.wordpress.com/2017/05/02/demografia-e-educacao-ii-a-reorganizacao-escolar-em-sao-paulo/>
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). GOVERNO FEDERAL. **Ideb**: Brasil avança nos anos iniciais do ensino fundamental. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). GOVERNO FEDERAL (org.). Assuntos. Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/ideb-brasil-avanca-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 18 set. 2024.
- Miranda GMD, Mendes ACG, Silva ALA. **Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil**. Interface (Botucatu). 2017; 21(61):309-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/gtmDrRXmpN3bbLDWRDCJcqw/?format=pdf&lang=pt>
- Omoruyi, E. M. M. **Harnessing the Demographic Dividend in Africa Through Lessons From East Asia's Experience**. 2021. Journal of Asian and African Studies, volume 45, número 6, páginas 591-608. Disponível em: <https://www.igi-global.com/pdf.aspx?tid=279130&ptid=250766&ctid=4&oa=true&isxn=9781799856603>
- Resende, J. M. M., & Champangnatte, D. M. de O. (2024). **Explorando o IDEB**: monitoramento dos indicadores de desempenho e sua relação com o fluxo escolar. Observatório de la economía latinoamericana, 22(6), e5479. <https://doi.org/10.55905/oelv22n6-227>
- Sanfelice, J. L. (2010). **A política educacional do estado de são paulo**: APONTAMENTOS. Nuances: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/730/742>
- Santos, F. V. L. dos. **Demografia e políticas educacionais**: um olhar sobre a proposta da reorganização escolar paulista de 2015. Campinas, SP: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1091786>